

O caráter pedagógico do trabalho coletivo e cooperado da Economia Solidária: o avanço acadêmico sobre o tema

The pedagogical character of the collective and cooperative work of the Solidarity Economy: academic progress on the subject

Tatiana Losano de Abreu
José Mateus do Nascimento
Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)
Natal/RN-Brasil

Resumo

Este trabalho buscou compreender como vem sendo tratada, na produção acadêmico-científica, a relação entre a Economia Solidária (ES) e a Educação. Por meio de uma pesquisa exploratória sobre o estado do conhecimento no banco de dados da Scielo, foram encontrados nove artigos. A partir da leitura deles foram identificadas três abordagens: I) A ES como um processo educativo, a partir do trabalho associado; II) A ES enquanto geradora de conhecimento por intermédio de mediadores; III) Uma ES subversiva por meio de processos formativos intencionais. Destaca-se o restabelecimento da unidade entre trabalho e educação a partir do trabalho coletivo e cooperado da ES. Percebeu-se o arrefecimento do debate nos últimos anos, influenciado pela conjuntura de desfavorecimento da ES enquanto política pública, além do cenário pandêmico que afetou o trabalho e os espaços formativos desses grupos.

Palavras-chave: Economia Solidária; Educação Profissional; Trabalho.

Abstract

The present research investigated how the relationship between Solidarity Economy – SE and Education has been studied within the scope of academic and scientific production. An exploratory research on the state of knowledge was conducted in the Scielo databank. Such research found nine articles in which three distinct approaches were identified: I) The SE as an educative process from its related collective labor; II) The SE as generator of knowledge through mediators; III) A subversive SE by means of intentional formative processes where the reestablishment of the link between work and education from SE cooperative collective work stands out. Debating receded over the last few years due to an undermining view of SE as public policy. The pandemic scenery also affected both the group's work and formative spaces.

Keywords: Solidarity Economy; Professional Education; Work.

1. Introdução à temática e seus Fundamentos

O trabalho, enquanto conjunto de atividades produtivas, consiste no ato de agir sobre a natureza para transformá-la em função das necessidades humanas. Não se nasce sabendo realizar esse ato importante para a existência, aprende-se. Nas palavras de Saviani (2007, p.154): “a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo”. Esta pesquisa parte do entendimento do caráter ontológico do trabalho. Ainda, compreende-se o trabalho como princípio educativo, visto que “a produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem” (SAVIANI, 2007, p. 154).

Nas épocas mais primitivas, o homem aprendeu a reproduzir a própria existência no próprio ato de trabalhar. Com o desenvolvimento das sociedades de classe, vê-se a separação entre educação e trabalho, visto que uma classe passa a ter a sua sobrevivência garantida sem necessariamente trabalhar. Sistemas de ensino se desenvolvem de modo a fortalecer a separação das classes, expressa na separação entre escola e produção. A classe que não trabalha para sobreviver pode dedicar-se aos estudos.

Com o processo produtivo modernizado e o capitalismo fortalecido, essa dualidade assume outra forma, de modo que quem trabalha também precisa estudar, mas o caráter do estudo é diferenciado. A unidade entre educação e trabalho, analisada historicamente com um olhar sobre o desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista (MPC) sofre – contrariamente – uma ruptura com a formalização do processo educativo escolar. Tem-se o alicerçamento da dualidade histórica que marca o desenvolvimento para a classe trabalhadora (RAMOS, 2016; MANFREDI, 2016).

O trabalho, mistificado pela categoria emprego, é desconfigurado da sua capacidade formativa, já que o trabalhador, enquadrado como um meio de produção e alheio ao produto do seu trabalho, não possui a compreensão do seu papel nesta sociedade, não domina as técnicas do seu trabalho, assim como não compreende a finalidade do seu ofício. Nesse sentido, o trabalho, na sua dimensão ontológica, é reduzido a emprego, “uma quantidade vendida ou trocada por alguma forma de pagamento” (FRIGOTTO, 2009, p. 176).

Não se pode negar que o processo de acúmulo do capital metamorfoseou-se no decorrer da História. A revolução informacional e as novas tecnologias exigem, na atualidade,

um novo envolvimento do trabalho vivo na produção. O trabalhador precisa ser qualificado, participativo, polivalente e multifuncional. Nesse contexto, se tem a modernização do alienamento. A ideia de “multifuncionalidade”, incorporada ao conceito do trabalho polivalente, na verdade, gera um trabalhador “pluriparcelar” (GRABOWSKI; KUENZER, 2016). Dessa forma, o processo de alienação do trabalho se mantém.

Sabe-se que a sociedade formula projetos pedagógicos com vistas a atender às demandas de formação da classe trabalhadora. Assim, as mudanças no mundo do trabalho têm consequências para o entendimento do que deve ser estudado na escola, para a formação profissional dos futuros trabalhadores. Mas esse não é um processo linear e conformista.

Ao resgatar a história das ideias pedagógicas no Brasil, Saviani (2007) mostra que, se, de um lado, tem-se o desenvolvimento da pedagogia tecnicista, produtivista e, mais tarde, a pedagogia das competências, de outro, há as pedagogias contra-hegemônicas, críticas, que trazem a proposta de orientar práticas educativas em uma direção transformadora.

Assim, levando em consideração o contexto de disputa por um projeto de Educação Profissional para a classe trabalhadora, destaca-se a proposta de educação tecnológica e politécnica e da formação omnilateral, que retoma o trabalho como princípio educativo (CIAVATTA; RAMOS, 2017). Frigotto (2009), Moura (2008) e Ramos (2016) são autores que teorizam sobre o fomento de uma Educação Profissional de caráter emancipatório. Moura (2008) defende uma formação humana integral, que incorpore, de forma indissociável, a ciência, o trabalho, a tecnologia e a cultura, com um olhar sobre os problemas comunitários.

No contexto dos grupos historicamente excluídos da educação intelectualizada e do mercado de trabalho capitalista moderno, tem-se os trabalhadores da Economia Solidária (ES), a qual representa grupos produtivos que buscam uma forma diferente de trabalhar e viver (SINGER, 2002). Eles se fortalecem pelo entendimento de que este é o caminho de enfrentamento das consequências do processo de exclusão social em curso na lógica do mercado capitalista globalizado.

São grupos produtivos que, vinculados a algum setor econômico (como de produção, prestação de serviços e comércio), organizam-se na busca pela subsistência do grupo, não pelo lucro. Por isso, e para isso, a organização da produção e das instâncias de decisão baseiam-se na cooperação, na autogestão e na propriedade coletiva dos meios de produção, aspectos que quebram paradigmas quanto ao modelo produtivo vigente e que representam

o restabelecimento da unidade entre trabalho e educação, mediante o combate direto à alienação do trabalho. Assim, percebe-se que a forma de trabalho estimulada e colocada em prática pela ES caminha rumo à educação emancipatória.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) constituem-se, portanto, de uma racionalidade específica, pautada por uma “relação orgânica entre a dimensão solidária, de autogestão e de cooperação no trabalho” (GAIGER, 2007, p. 61).

Na prática, esses grupos possuem uma variedade de desafios, desde dificuldades operacionais, relacionadas à gestão do empreendimento, à escolarização, diante da realidade de que muitos não têm domínio do letramento, tampouco ao caráter ideológico, visto que estão cotidianamente combatendo comportamentos individualistas e desagregadores, histórica e socialmente cultivados. Segundo Singer (2005), é necessária a reeducação daqueles que foram formados no capitalismo para internalizar os princípios da ES.

Ao mesmo tempo em que eles trazem o trabalho colaborativo como prática educativa para uma sociedade diferente e contraditória, também o fazem com as demandas formativas para o fortalecimento desses princípios. Esses grupos têm sido foco de políticas públicas e também entidades de apoio, como Organizações Sem Fins Lucrativos (ONGs) e Incubadoras ligadas às instituições educacionais formais, como Institutos Federais e Universidades. Contudo, fica o questionamento em relação ao avanço das pesquisas que tem, como objeto de estudo, a Economia Solidária e a Educação: como tem ocorrido a discussão em âmbito acadêmico?

Este trabalho visa compreender como tem se dado a discussão acerca da relação entre a Economia Solidária e a Educação nas publicações acadêmicas depositadas na Plataforma Scielo, um dos maiores repositórios acadêmicos de acesso livre.

2. Aspectos Metodológicos

Inicialmente, foram usados termos "Economia Solidária" e "Educação" como descritores da seleção, no mês de setembro de 2022, com vistas a considerar essas duas temáticas em qualquer parte das publicações disponíveis na Scielo até a data supracitada.

Como resultado da busca, encontrou-se nove publicações. Foi realizada a leitura na íntegra dos nove artigos aglutinados, conforme as seguintes abordagens: I) A Economia Solidária como um processo educativo a partir do trabalho associado; II) A Economia Solidária enquanto geradora de conhecimento por intermédio de mediadores; III) Uma Economia

Solidária subversiva por meio de processos formativos intencionais. Cada uma delas será discutida adiante.

3. Resultados e Discussão

Todas as nove publicações encontradas constituem-se como artigos científicos. Um número maior de artigos (dois) foi publicado no ano de 2015. Os demais, entre 2001 e 2019, como se observa nos Quadros 1 e 2. Os periódicos vinculados aos artigos são diversos, mas a revista *Trabalho, Educação e Saúde*, vinculada à área de saúde e ciências humanas, destaca-se por apresentar duas publicações sobre a temática tratada aqui. Todas as pesquisas são de caráter qualitativo, sendo: duas delas, Relatos de Experiência (RIBEIRO, 2001; FLEURI, 2003); outras duas, Estudos de Caso (LIMA; GOMES, 2008; SANTOS; DELUIZ, 2009); outras duas, Pesquisa-ação (GATTAI; BERNARDES, 2013; MANEGHETTI; BARROFALDI, 2015); uma Observação Participante (CONTIJO; PAULA, 2019); uma outra pesquisa interpretativa e argumentativa (DAGNINO, 2015) e, por fim, um trabalho qualitativo com aspectos também quantitativos, devido ao fato de mensurarem a frequência do comportamento do objeto do estudo (CIA; CORTEGOSO, 2007).

Em relação ao objeto de estudo, apenas três publicações focaram nos protagonistas da ES: os associados de uma cooperativa de construção civil (LIMA; GOMEZ, 2008); os de uma cooperativa de reciclagem (SANTOS; DELUIZ, 2009); os de um banco comunitário (MENEGETTI; BARROFALDI, 2019). Por sua vez, os outros seis artigos direcionaram seus estudos aos demais agentes contribuidores do fortalecimento da ES: entidades de apoio que institucionalizam projetos de intervenção (FLEURI, 2003); mediadores de processos formativos desenvolvidos na educação não formal (CIA; CORTEGOSO, 2007; GONTIJO; PAULA, 2019); mediadores da educação formal (RIBEIRO, 2001; GATTAI; BERNARDES, 2013; DAGNINO, 2015), que formalizam projetos de intervenção.

O Quadro 1 apresenta a síntese das cinco publicações ocorridas entre 2000 e 2010. Ribeiro (2001) realiza um relato de experiência qualitativo sobre os desafios sentidos pelos professores no oferecimento da Educação Básica para filhos dos assentados de reforma agrária que, em sua maioria, são vinculados a movimentos sociais estimuladores do trabalho colaborativo, em contraponto à estrutura do modelo burguês de educação, que estimula a competitividade. Fleuri (2003) também realiza um relato de experiência de um projeto educacional com um olhar sobre a sua contribuição para os debates relacionados à educação intercultural.

O caráter pedagógico do trabalho coletivo e cooperado da Economia Solidária: o avanço acadêmico sobre o tema

Quadro 1. Levantamento de publicações na Plataforma Scielo (2000 a 2010)

AUTORES	TÍTULO	REVISTA (ANO)	OBJETIVO DA PESQUISA
RIBEIRO, Marlene	Trabalho cooperativo no MST e ensino fundamental rural: desafios à educação básica	Rev. Bras. Educ. (2001)	Visualizar os desafios do trabalho cooperativo para a educação básica e, em particular, para o ensino fundamental rural.
FLEURI, Reinaldo Matias	Educação intercultural, gênero e movimentos sociais no Brasil.	Educ. rev. (2003)	Observar as contribuições de um projeto para as discussões sobre interculturalidade.
CIA, Fabiana; CORTEGOSO, Ana Lúcia	Condutas de mediadores em processos de decisão coletiva como condição para uma educação emancipatória na Economia Solidária	Psicol. Soc. (2007)	Identificar comportamentos e propriedades de comportamentos de mediadores em processos de incubação de empreendimentos solidários.
LIMA, Silvana Mendes, GOMEZ, Carlos Minayo.	Construtores de casa e artífices de cidadania: modos cooperativos de trabalhar e viver	Trab. Educ. Saúde (2008)	Analisar como a experiência de uma cooperativa de construção civil constitui-se enquanto nova forma de trabalho e vida que sejam produtoras de saúde.
SANTOS, Ana Maria Marques; DELUIZ, Neise.	Economia popular e educação: percursos de uma cooperativa de reciclagem de lixo no Rio de Janeiro	Trab. Educ. Saúde (2009)	Analisar as práticas de uma cooperativa: a organização, as relações de trabalho, os saberes produzidos e as redes de ação coletiva estabelecidas com a comunidade.

Fonte: Banco de dados da Pesquisa (2022).

Cia e Cortegoso (2007) buscaram identificar comportamentos dos mediadores em processos de incubação de ES relevantes para promover autonomia nas decisões, fortalecendo a cooperação. Para tanto, foram criadas categorias de análise e contabilizada a frequência dos comportamentos por meio da observação de dois agentes externos.

Lima e Gomez (2008) realizaram um estudo de caso de uma cooperativa de construção civil orientada por princípios da ES, a fim de observar como essa experiência constitui-se enquanto uma nova forma de trabalho e vida, de maneira que seja produtora de saúde aos envolvidos.

Santos e Deluiz (2009) estudaram uma cooperativa vinculada ao setor de reciclagem. Eles realizaram um estudo a fim de analisar as práticas desta cooperativa, com foco na

organização e as relações de trabalho, nos saberes produzidos e nas redes de ação coletiva estabelecidas com a comunidade.

Os demais artigos foram publicados nos anos de 2013, 2015 e 2019, conforme mostra o Quadro 2. Gattai e Bernardes (2013) baseiam-se na pesquisa-ação, desenvolvida em um projeto de extensão universitária em setor de baixa renda, para analisar o processo socioeducativo que ocorre como resultado da participação de pessoas e grupos em movimentos de ES, em especial, da universidade em propiciar a educação pelo diálogo.

Também fundamentados na pesquisa-ação, Meneghetti e BarrofalDI (2015) acrescentaram a etnomatemática ao desenvolverem uma pesquisa com os trabalhadores de um banco comunitário, visando à compreensão das demandas específicas relacionadas aos conhecimentos matemáticos subjacentes às atividades dessa instituição financeira comunitária.

Quadro 2. Levantamento de publicações na Plataforma Scielo (2011 a 2022)

AUTORES	TÍTULO	REVISTA (ANO)	OBJETIVO DA PESQUISA
GATTAI, Silvia; BERNARDES, Marcos Aurélio	Papel e responsabilidades da universidade no processo socioeducativo presente em movimentos de Economia Solidária	RAM, REV. ADM. MACKENZIE (2013)	Discutir o papel da universidade em propiciar a educação pelo diálogo.
MENEGHETTI, Renata Cristina Geromel; BARROFALDI, Rita de Cássia Zacheov	Práticas Efetivas em Educação Matemática no contexto de um banco comunitário	Rev. Bolema (2015)	Compreender e atender a demandas específicas inerentes à implementação de (ES), em especial, no que diz respeito aos conhecimentos matemáticos para atividades de um banco comunitário.
DAGNINO, Renato	Como é a universidade de que o Brasil precisa?	Rev. Avaliação (2015)	Realizar uma análise do papel e da atuação das universidades para o desenvolvimento científico.
GONTIJO, Felipe Marques Carabetti; PAULA, Ana Paula Paes de	Os sentidos da Economia Solidária: reflexões sobre um curso de formação	Ver. Educ. Pesqui (2019)	Analisar um curso de formação, a fim de observar o fortalecimento de aspectos da ES crítica ou neoliberal.

Fonte: Banco de dados da Pesquisa (2022)

Dagnino (2015) realizou uma análise argumentativa sobre o papel e a atuação das Universidades para o desenvolvimento da ciência, trazendo a ideia de extensão universitária direcionada aos interesses das classes populares, como os grupos de ES.

O caráter pedagógico do trabalho coletivo e cooperado da Economia Solidária: o avanço acadêmico sobre o tema

Por fim, o artigo mais recente desta pesquisa, publicado em 2019, é de autoria de Gontijo e Paula (2019) que analisaram o Curso Estadual de Formação de Formadores em ES oferecido pelo Centro de Formação em Economia Solidária do Sudeste (CFES-SE), a fim de observar o fortalecimento de aspectos da ES crítica ou neoliberal.

Como foi possível observar nos Quadros 1 e 2, o artigo mais antigo foi publicado no ano de 2001, pouco antes da consolidação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Todos os demais são publicados após tal consolidação como política pública, em 2003, o que pode ter influenciado o avanço da discussão acadêmica sobre os diversos aspectos que norteiam a ES, tais como: o trabalho colaborativo, heterogeneidade do público vinculado, a prática da ES como diferente forma de trabalho, as finanças solidárias, a tendência crítica ao sistema capitalista e as instituições formais de ensino como rede de fortalecimento. Tais aspectos, de alguma forma, foram encontrados no *corpus* deste estudo, cuja abordagem está pautada nessa contribuição científica sobre os aspectos da ES e da educação, os quais serão tratados no tópico a seguir.

3.1. A Economia Solidária como um processo educativo a partir do trabalho associado

A contribuição dos autores Santos e Deluiz (2009), Lima e Gomez (2008) e Gattai e Bernardes (2013) ajuda a compreender a ES como prática educativa. Santos e Deluiz (2009) constata que o trabalho socialmente produtivo da ES é educativo ao observarem como se aprende e se produz conhecimento por meio do trabalho cooperado e como se estabelecem as redes de ação coletiva e os espaços de aprendizagem.

Há, desse modo, um processo de aprendizagem próprio do cooperativismo, como o trabalho em equipe, cujo valores coletivos se sobrepõem aos individuais. Além de ser uma forma de organização do trabalho, a cooperação também mobiliza a efetivação de aprendizados. Nas palavras de um dos entrevistados da pesquisa: “A gente aprende aqui dentro, fazendo. Aprende a repensar muitas coisas e muitos valores, porque parece um formigueiro organizado: tem um ritual, tem um movimento, que é próprio” (SANTOS; DELUIZ, 2009, p. 338).

Percebe-se como na ES a relação trabalho-educação não é dual. Vê-se o ato de trabalhar, de forma cooperada, como um ato educativo, e esse processo pedagógico produz novos saberes e novas práticas sociais de caráter contra-hegemônico. Assim, no que tange à

relação entre ES e educação, os autores trazem uma visão abrangente do teor pedagógico do trabalho cooperativo da ES:

Partimos do pressuposto de que a relação entre educação e trabalho não pode continuar a ser vista unicamente sob a ótica da produção e do consumo, onde há ênfase nas competências e habilidades para uma educação basicamente voltada para os processos produtivos, mas deve ser necessariamente transpassada por uma dimensão sociopolítica, com prioridade nas experiências de solidariedade e de realização pessoal e coletiva no âmbito de um projeto social mais democrático (SANTOS; DELUIZ, 2009, p. 336).

Lima e Gomez (2008) também conseguem perceber que a prática da ES tem um sentido formativo: “rompe com a lógica habitual de trabalho [...] e expande um novo sentido formativo, de partilha, de sentimento associativo e de compromisso social com a comunidade local” (LIMA; GOMEZ, 2008, p. 2). Assim, eles relacionam o ato cooperativo da ES como um ato pedagógico.

Especificamente, os autores destacam a auto-organização do grupo produtivo para a garantia de processos formativos frequentes. Por estímulo ao processo de formação em ES, são desenvolvidas ações de solidariedade e fomento de projetos para melhoria da qualidade de vida dos cooperados e de outros grupos populares locais. O processo formativo torna-se um diferencial para esses trabalhadores que, se fossem contratados por empresas como empregados, ao invés de se organizarem coletivamente, provavelmente, não teriam acesso a espaços formativos semelhantes.

Assim, pode-se observar que o trabalho coletivo, ou cooperado, traz uma noção de pertencimento e de corresponsabilidade que é típico da ES. Aquela ideia de que não se tem mais a separação entre patrão e empregado traz uma “liberdade”, mas também uma responsabilidade educativa, conforme enfatizam os autores pesquisados:

Percebe-se que na forma de trabalho instaurada na cooperativa não há sanções, as regras não foram feitas para punir. No entanto, como afirma esse cooperado: “você experimenta a sua norma”. É essa experimentação, viabilizada por um coletivo de trabalho, que parece permitir a cada um perceber a si próprio, inclusive de conceder-se uma espécie de “direito à preguiça, desde que não abuse” [...]. Uma norma fundada na equidade que produz, ao mesmo tempo, um espaço de liberdade entre escolher o tempo dedicado ao trabalho e assumir as consequências de tal opção (LIMA; GOMEZ, 2008, p. 12).

Saber que uma decisão tem consequência para o retorno financeiro, assim como para a saúde do empreendimento, e que tem efeitos diretos sobre as vidas dos demais cooperados, traz um senso de responsabilidade e solidariedade que se contrapõem aos

O caráter pedagógico do trabalho coletivo e cooperado da Economia Solidária: o avanço acadêmico sobre o tema

valores dominantes da sociedade capitalista. Consequentemente, nesse contexto, o trabalho coletivo funciona como ato educativo emancipatório. Entretanto, não se pode negar: trata-se de um processo imerso em desafios e discontinuidades. Existe certa dificuldade em fomentar a conscientização para a participação efetiva na tomada de decisão, de modo que se tem “diferenças existentes entre os cooperados nas suas trajetórias de vida” (LIMA; GOMEZ, 2008, p. 13).

Gattai e Bernardes (2013) também perceberam o processo de aprendizagem presente nos grupos de ES como fruto do desenvolvimento do trabalho coletivo, da autogestão e da cooperação. Para eles, “à medida que o processo de formação e fomento aos negócios solidários ocorrem, os grupos adquirem poder e autonomia do ponto de vista econômico, cultural, social e político” (GATTAI; BERNARDES, 2013, p. 61 e 62).

Esses autores partem da concepção do trabalho como princípio educativo e destacam que este encontra-se implícito no trabalho coletivo. A prática do ‘trabalhar junto’ promove mudanças comportamentais, cognitivas, sociais e culturais. Trata-se de um processo pedagógico individual que se extrapola, ao possibilitar a modificação da percepção de si mesmo e daquele ao redor, gerando um empoderamento coletivo.

No movimento solidário, de ajuda mútua e cooperação, há um processo pedagógico individual. Esse processo possibilita a cada pessoa perceber a sua força pessoal e que em conjunto com as outras pessoas essa força é potencializada [...] é o sentimento de pertencimento. Essa participação provoca rupturas com a lógica capitalista que valoriza o esquema capital-trabalho, gerando a compreensão de que existe a possibilidade de sobrevivência digna sem que seja preciso trabalhar numa empresa, em uma relação formalizada (GATTAI; BERNARDES, 2013, p. 62).

Assim, observa-se como o princípio do cooperativismo tem a possibilidade de romper com a dualidade que se observa entre trabalho e educação implementada pela lógica capitalista (SAVIANI, 2007; RAMOS, 2016; MANFREDI, 2016). Na ES, desenvolvem-se processos pedagógicos individuais que ultrapassam o pessoal, em direção ao coletivo, isto é, uma outra sociabilidade que busca romper com a lógica do capital.

A seguir, será mostrada de que forma a mediação de outras organizações, para além do próprio grupo de ES, pode contribuir como o entendimento da ES, enquanto espaço pedagógico.

3.2. A ES enquanto geradora de conhecimento por intermédio de mediadores

Nesta seção, foram reunidas duas pesquisas que tratam da relação entre ES e educação com um viés de observação sobre o papel dos grupos de extensão vinculados às universidades, às demais instituições acadêmicas, assim como organizações que prestam assessoria à ES, segundo os trabalhos de Cia e Cortegozo (2007) e Dagnino (2015).

Ao identificarem as propriedades de comportamentos de mediadores em processos de incubação de EES, Cia e Cortegozo (2007) perceberam que a intervenção de mediadores de processos formativos intencionais cultiva a autoconfiança entre os trabalhadores, o que é chamado de educação cooperativa. O papel do mediador consiste em capacitar cada trabalhador para que este gerencie o empreendimento, tornando-o autônomo, conseqüentemente gerando conhecimento que fortalece coletivamente, uma vez que o formador exerce a função de “facilitador do processo de tomada de decisão [...] para a autonomia do grupo” (CIA; CORTEGOZO, 2007, p. 103).

Dagnino (2015) dedicou-se a analisar o papel das universidades, entidades de apoio aos grupos e mediadores de processos formativos. Ele estabelece uma crítica à pseudoneutralidade e ao determinismo da ciência fomentada nas universidades, propondo um projeto institucional pautado na extensão direcionada aos interesses das classes populares. Coloca o trabalho extensionista como central: “Temos que agir com a intenção clara de conhecer os problemas da sociedade, contribuir para resolvê-los, para que outros, participando deste processo, possam aproveitar o conhecimento gerado” (DAGNINO, 2015, p. 321). Como exemplo, Dagnino (2015) traz a capacidade da instituição de desenvolver Tecnologias Sociais (TS) que alcancem os anseios dos EES.

Diante do exposto, podemos ver que a relação entre ES e educação envolve entidades de apoio que podem contribuir para a geração da autonomia dos grupos. A seguir, será pontuado como os trabalhos selecionados tratam o fomento de espaços formativos intencionais, por entidades de apoio, para o fortalecimento de uma ES subversiva.

3.3. Uma Economia Solidária subversiva por meio de processos formativos intencionais.

Nesta categoria de análise, estão inseridos os trabalhos de Contijo e Paula (2019); Ribeiro (2001), Meneghetti e Barrofaldu (2015) e Fleuri (2003).

Contijo e Paula (2019) propuseram-se a analisar o Curso Estadual de Formação, destinado aos formadores em ES, oferecido pelo Centro de Formação em Economia Solidária do Sudeste (CFES-SE). Destacaram a importância dos processos formativos para o efetivo

O caráter pedagógico do trabalho coletivo e cooperado da Economia Solidária: o avanço acadêmico sobre o tema

fortalecimento de uma ES de caráter crítico, visto que, na visão deles, é possível encontrar exemplos de ES de caráter neoliberal.

Os autores esclarecem que, na ES em geral, os valores da autonomia, solidariedade, coletividade e cooperação se sobressaem em relação ao individualismo e à hierarquização do poder, valores disseminados na sociedade capitalista, “abrindo espaço para outro tipo de formação educacional e profissional” (CONTIJO; PAULA, 2019, p. 5). Ressaltam que a imbricação da ES com a Educação é profunda, a ponto de ela poder ser compreendida como um ato pedagógico por si mesma. Entretanto, pontuam a heterogeneidade das intencionalidades dos grupos de ES, por isso diferenciam a ES crítica da neoliberal.

A ES crítica refere-se aos grupos que buscam transformação social ampla, ligada à ideia de autonomia, indo para além do aspecto econômico, com vistas a alcançar também as esferas política, cultural, ambiental e de gênero. A ES neoliberal, por sua vez, remete-se aos grupos que se organizam com o objetivo primordial de gerar trabalho e renda. Assim, cada uma dessas concepções vê o aspecto da emancipação de forma diferente: a primeira observa como um modo de vida; a segunda, vincula a emancipação à independência financeira.

A ES crítica deve ser fomentada, segundo eles, na educação popular, que estimule a autoaprendizagem mútua, o planejamento comunitário e participativo, além da mudança da visão de mundo e dos valores para transformação da realidade.

Ribeiro (2001) fortalece a ideia da importância dos processos formativos intencionais para os grupos que trabalham de forma cooperada. A autora explica que a escola formal prepara, essencialmente, para o mercado de trabalho capitalista. Assim, existem os desafios para que a escola básica desenvolva os princípios cooperativos requeridos pelos movimentos sociais. Entretanto, defende que a educação é essencial para que as pessoas internalizem os valores de igualdade e democracia, para o desenvolvimento da cultura da solidariedade. Mas adverte que é requerido um processo lento e profundo de transformação educacional, ligado a aspectos teóricos e práticos, individuais e coletivos. No decorrer da pesquisa, constata a existência de uma disputa por projetos de sociedade e de educação.

Corroborando com a autora citada anteriormente, Meneghetti e Barrofaldis (2015) também acreditam que os trabalhadores associados à ES estão inseridos em um contexto de disputa. Para esses autores, isso faz parte do processo de democratização econômica na qual a educação exerce um papel fundamental. Eles defendem que a educação da ES deve estar

associada à Educação de Jovens e Adultos, diante da característica da maioria dos participantes, e à educação popular, para o fomento de uma educação contextualizada, valorizadora dos saberes prévios e estimuladora de um olhar crítico para melhor interpretação da realidade. Assim “a aquisição do conhecimento ocorre por meio de uma relação dialética entre o saber e o fazer” (MENEGETTI; BARROFALDI, 2015, p. 816).

Por outro lado, embora Fleuri (2003) traga uma contribuição mais singela, é igualmente importante para este debate. Defende que é importante conhecer os complexos itinerários de formação e produção cultural que percorrem contextos miscigenados caracterizadores dos grupos de ES, com a finalidade de orientar a prática pedagógica dos mediadores de processos formativos direcionados a esses grupos em direção à educação intercultural.

Diante do exposto, as pesquisas enfatizam, em uníssono, a necessidade de processos formativos intencionais para o fortalecimento dos princípios da ES e a cultura da solidariedade, aspectos que representam o viés subversivo da ES. Trata-se da disputa por um projeto de sociedade que perpassa a educação dos princípios considerados subversivos.

4. Considerações Finais

Foi proposto aqui a construção de um estado do conhecimento sobre a publicação científica depositada na plataforma Scielo que dialogue sobre os temas Economia Solidária e Educação. Por meio das publicações analisadas neste estudo, foi possível perceber que a relação entre ES e Educação é íntima. A própria prática solidária, com destaque ao trabalho coletivo e cooperação, constitui-se como ato pedagógico fomentados de novos saberes e de novas práticas sociais de caráter contra-hegemônico. Trata-se de educação *no* trabalho e *para* ele.

A fim de buscar responder diretamente ao questionamento que norteou essa pesquisa, viu-se a discussão acadêmica que trata da ES, e a Educação pode ser categorizada em três vieses de análise: o entendimento da ES como um processo educativo, a partir do trabalho associado, o que representa o restabelecimento da unidade entre trabalho e educação, rompida pela sociedade de classes que caracteriza a estrutura capitalista (aqui, tem-se a aproximação da discussão acerca da ES enquanto Educação Profissional, de caráter emancipatório); a importância da atuação de mediadores de processos de formação intencionais, que devem atuar de acordo com a educação popular, com vistas ao fortalecimento dos princípios da ES; e, finalmente, a relevância do estabelecimento de

O caráter pedagógico do trabalho coletivo e cooperado da Economia Solidária: o avanço acadêmico sobre o tema

espaços de formação intencionais (também colocando em prática a educação popular) fortalecedores do entendimento da ES como uma proposta subversiva para organização do trabalho e da vida.

Destaca-se que a maioria das publicações analisadas ocorreram após a constituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), em 2003. A consolidação da ES como política pública estimulou a teorização acadêmica sobre as experiências de ES que se fazia presente muito antes disso nas periferias, no meio rural e nos arcabouços dos projetos de extensão. Entretanto, as publicações perdem vigor após 2015, de modo que só foi encontrado um artigo nos anos posteriores. Esse período foi marcado por grande instabilidade política e enfraquecimento de ações governamentais para a ES.

A partir de 2019, e até um pouco antes, é perceptível a mudança significativa no viés ideológico que orienta as políticas econômicas e sociais do país. O neoliberalismo fascista passa a ocupar as instâncias maiores do poder público, gerando o desmonte das principais políticas públicas de estímulo à Economia Solidária no país. A Senaes, antes vinculada ao Ministério do Trabalho, é transferida para o Ministério da cidadania, representando um rebaixamento conceitual do setor. O Conselho Nacional de Economia Solidária (CNAES) fica subalternizado à Secretaria de Inclusão Produtiva Urbana, ocasionando descontinuidade das suas atividades. Ocorreu redução drástica na dotação orçamentária para o estímulo aos pequenos grupos autogestionários e o retrocesso das intervenções públicas que tangenciam a realidade dos trabalhadores da ES, como a discussão acerca da reforma agrária em detrimento da valorização dos produtos agroecológicos no contexto da agricultura familiar. Percebe-se maior perseguição aos povos originários brasileiros, praticantes da ES desde os primórdios.

O cenário político e social destacado brevemente aqui é acompanhado por dois anos de pandemia, fruto da disseminação do vírus da COVID-19, entre 2020 e 2021, o que teve consequências para o dia a dia dos trabalhadores da Economia Solidária, tanto para se reunirem, como também para o comércio de seus produtos. Os espaços formativos intencionais, cuja importância foi discutida aqui, cessaram, e os mediadores ficaram com a intervenção restrita a espaços remotos que não atingem grande parte do público da ES.

Essa breve análise não somente serve para se entender o arrefecimento das publicações acadêmicas, mas também para motivar a retomada deste debate com vistas ao

fortalecimento da ES. Como destacado, por meio dos trabalhos analisados, a proposta alternativa da ES, historicamente, situa-se num contexto de disputa de projetos de sociedade.

Referências

CIA, Fabiana; CORTEGOSO, Ana Lúcia. Condutas de mediadores em processos de decisão coletiva como condição para uma educação emancipatória na Economia Solidária. **Psicol. Soc.** N.19, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/6WvZypP5gWNGTrYvfRcjhnh/?lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2022.

ClAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. A era das diretrizes: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17 n. 49 jan.-abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/nDS3v6XBFdjG3jQGLRk687m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2022.

DAGNINO, Renato. Como é a universidade de que o Brasil precisa? **Avaliação** (Campinas), 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/CP5DRh6nPspXG3NtK3khjqJ/?lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2022.

FLEURI, Reinaldo Matias. Educação intercultural, gênero e movimentos sociais no Brasil. **Rev Educ.** 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/pyNvqXP9HPZ8wyTfLRmCCGB/?lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2022.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Teoria e prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação. **Revista de Ciências Sociais**, vol. 7, n. 1, p. 155-174, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/742/74270108.pdf>. Acesso em: 16 set. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 168-194, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782009000100014>. Acesso em: 16 set. 2022.

GAIGER, Luiz Inácio. A outra racionalidade da Economia Solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciência Sociais**, Portugal, n. 79, p. 57-77, dez 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/725>. Acesso em: 16 set. 2022.

GATTAI, Silvia; BERNARDES, Marcos Aurélio. Papel e responsabilidades da universidade no processo socioeducativo presente em movimentos de Economia Solidária. **RAM, Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 6, São Paulo, p. 50-81, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/BBF8NBChQh5MGNtHpsrmnGn/?lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2022.

GONTIJO, Felipe Marques Carabetti; PAULA, Ana Paula Paes de. Os sentidos da Economia Solidária: reflexões sobre um curso de formação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/JgkzVpcbTW3ZZpfKPyTdmms/?lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2022.

O caráter pedagógico do trabalho coletivo e cooperado da Economia Solidária: o avanço acadêmico sobre o tema

GRABOWSKI, Gabriel; KUENZER, Acácia Zeneida. A produção do conhecimento no campo da Educação Profissional no regime de acumulação flexível. **Holos**, v. 6, p. 22– 32, 2016. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/download/4983/1566>. Acesso em: 01 set. 2022.

LIMA, Silvana Mendes, GOMEZ, Carlos Minayo. Construtores de casa e artífices de cidadania: modos cooperativos de trabalhar e viver. **Trab. educ. saúde**, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/FcmzMtdgjDxz9vV8WR6s6Hz/?lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2022.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história**. Jundiaí: Paco, 2016.

MENEGHETTI, Renata Cristina Geromel; BARROFALDI, Rita de Cássia Zacheo. Práticas Efetivas em Educação Matemática no contexto de um banco comunitário. **Rev. Bolema**, Rio Claro, SP. v. 29, n. 53, p. 809-827, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bolema/a/bRwQJBtmWFbMSQnjzjsqq9h/?lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2022.

MOURA, Dante Henrique. A formação de docentes para a Educação Profissional e tecnológica. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 01, n. 01, p. 23-38, 2008. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2863/1004>. Acesso em: 16 set. 2022.

RAMOS, Marise Nogueira. A educação da classe trabalhadora e o PNE (2014 – 2024). **Revista Holos**, v.6, pp 03-21, 2016. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4982/1565>. Acesso em: 16 set. 2022.

RIBEIRO, Marlene. Trabalho cooperativo no MST e ensino fundamental rural: desafios à educação básica. **Revista Brasileira de Educação**, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/nJxnnd7nbRJq47734V5KY6L/?lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2022

SANTOS, Ana Maria Marques; DELUIZ, Neise. Economia popular e educação: percursos de uma cooperativa de reciclagem de lixo no Rio de Janeiro. **Trab. educ. saúde**, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/Wp6YyC7PGMcKmrzPKZRfmpw/?lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2022

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007. 473p.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e histórico. **Revista Brasileira de Educação**. v.12, n.34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2022.

SINGER, Paul. A Economia Solidária como Ato Pedagógico. In: KRUPPA, Sônia M. Portella (Org.). **Economia Solidária e Educação**. Brasil: Inep, 2005.

Sobre os autores

Tatiana Losano de Abreu

Graduada e Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba (PPGE-UFPB). Também possui mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) na área de ensino. Atualmente é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional - PPGEF, oferecido pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Atua como professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no Campus de Guarabira-PB. Participa da equipe editorial da Revista Gestão e Organizações (REGOR), é membro e fundadora do Núcleo Catalisador de Empreendimentos Solidários (NUCAES), núcleo atuante no brejo paraibano desde 2015. E-mail: tatiana.abreu@ifpb.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4865-1801>.

José Mateus do Nascimento

Pedagogo, possui Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2006). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, História Social da Infância, atuando também em pesquisas relacionadas à Educação de Jovens e Adultos integradas à Educação Profissional no NUPED (Núcleo de Pesquisa em Educação) do IFRN - Campus Natal Central. Integra o corpo docente permanente do PPGEF - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do IFRN, vinculado à Linha de Pesquisa Formação Docente e Práticas Pedagógicas na Educação Profissional. Cooperou com o Grupo de Estudos Fundamentos da Educação e Práticas Culturais (CE -UFRN); com o GEPEES - Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Etnias e Economia Solidária (UFPB - CCAE - Campus IV); e, por fim, com o NUPEI - Núcleo de Pesquisa em Educação Inclusiva (IFRN-CNAT). Mestre e Doutor em Ciências da Educação (PPGE – UFRN). E-mail: mateus.nascimento@ifrn.edu.br. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-4964-5216>.

Recebido em: 14/02/2023

Aceito para publicação em: 17/05/2023